



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: AÇÕES E METAS EM ATENDIMENTO A DIVERSIDADE CULTURAL E PRÁTICA PEDAGÓGICA

PROYECTO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ACCIONES Y METAS EN ATENCIÓN A LA DIVERSIDAD CULTURAL Y PRÁCTICA PEDAGÓGICA

LENTE, Odenise Jara Gomes ¹

Resumo: O objetivo deste artigo é destacar a diversidade cultural no contexto de uma escola municipal fronteiriça (Brasil, Bolívia). Sabe-se que na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, discussões quanto à diversidade cultural devem acontecer, sobretudo em uma escola fronteiriça e camponesa. Neste contexto, por meio da pesquisa bibliográfica e análise interpretativa descritiva foi possível discorrer que a diversidade cultural já é uma constante no planejamento escolar e no seu desenvolvimento. Pois, a escola é o local onde a diversidade prevalece e as relações socioculturais são desencadeadas no processo ensino e aprendizagem; onde as ações pedagógicas auxiliam na construção da identidade do aluno. Outros estudos realizados na escola em destaque já descreviam que há uma preocupação com a diversidade cultural: para alguns ela não apenas se forma pela cultura diferenciada mais pela solidariedade do trabalho coletivo camponês; para outros, a necessidade de análise quanto a constituição de identidades e práticas pedagógicas considerando o contexto sócio histórico e econômico. Conclui-se que para toda escola, há um contexto carecendo de um planejamento arrojado que venha ao encontro das necessidades educacionais e sociais da comunidade escolar nela inserida.

Palavras-chave: Diversidade cultural. Contexto escolar. Projeto político pedagógico.

Abstract: Con el objetivo de analizar la diversidad cultural contemplada en el proyecto político de la Escuela Municipal Clarinópolis/MT, y cómo se está trabajando en la práctica pedagógica, se alinea con el método de estudio de caso y el método hermenéutico, realizando las acciones de acuerdo con las bases teóricas. Para que esta investigación sea factible, apoyamos técnicas e instrumentos como la presentación de propuestas, la aplicación previa a la prueba, la recopilación de datos, la organización, la sistematización y el análisis. El desarrollo de este estudio tiene

¹ Universidade Evangélica do Paraguai/Faculdade Educacional da Lapa. E-mail: odenisejara@gmail.com

cuatro (04) fases distintas: una, como se prevén los indicadores de investigación en el Proyecto Político Pedagógico; dos, según lo presentado por los administradores de la escuela, tres, según lo descrito por los maestros, y cuatro, según lo trabajado en práctica pedagógica. En este sentido, hacia la perspectiva interpretativa pragmática, se analiza si la práctica pedagógica contempla la diversidad cultural establecida. Por lo tanto, realizamos la prueba previa en una escuela cercana a la investigación que se está desarrollando, una elección deliberada para ser del campo y para asistir a estudiantes de niños bolivianos. Continuamente volvimos a la escuela investigada entrevistando a los gerentes, comenzando la aplicación de cuestionarios a los maestros, oportunidad en la cual se observaron en la rutina el patio de juegos de los estudiantes y su interacción entre ellos y cómo usan el espacio físico. Los resultados mostraron que el PPP escolar se está reformulando, pero el anterior tenía muchas predicciones sobre la diversidad cultural, pero no se demostró su aplicabilidad efectiva en el entorno escolar. Esto fue lo que se detectó durante los resultados de la entrevista con los gerentes y la aplicación del cuestionario con los maestros. En lo que presentaba una marcada divergencia entre lo planeado y lo desarrollado en la práctica pedagógica, excepto en los proyectos extraclase discutidos por los gerentes que en cierta medida se presenta la preocupación por la diversidad cultural. Se concluye parcialmente que hay mucho para discutir e innovar en la escuela con respecto a la práctica pedagógica dirigida a atender la diversidad cultural.

Palabras clave: Diversidad cultural. Proyecto político pedagógico. Práctica pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

O estudo com a temática diversidade cultural no contexto escolar exige que se inicie por sua conceituação, muito bem descrita por Gomes (2007, p.17) como uma construção histórica, cultural e social das diferenças, que são “[...] constituídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto da relação de poder.”

Em se tratando de diversidade cultural no contexto escolar é preciso ter a compreensão que a mesma abre possibilidades de novos conhecimentos, aprendizados, e, construções de formas pacíficas e colaborativas de viver. Além de promover a experiência da pluralidade, de convivência, de diálogo e de tolerância.

No atendimento a demanda, a escola se encontra privilegiada pela diversidade cultural apresentada por sua localização, fortes razões para garantir no Projeto Político Pedagógico (PPP), hoje denominado de Projeto Pedagógico (PP) mediação dessa diversidade, objetivando a inserção social, cultural e histórica no âmbito escolar, bem como propor ao discente o desenvolvimento de suas potencialidades, conduzindo-o para a aquisição de competências e habilidades.

A escola não pode negar e nem ficar alheia à diversidade cultural presente em seu contexto; uma vez que ela é a ferramenta de ensino onde se constrói e se desenvolve a aprendizagem, devendo investir nas diferenças socioculturais, proporcionando ensino e atendimento igualitário a todos os alunos.

Por outro lado, embora seja desafiador construir um PP fidedigno à realidade assistida, a escola deve propor ações e metas que valorizem a prática pedagógica, ensino de excelência, respeitando e trabalhando a diversidade cultural apresentada pela equipe técnica, docente e discente, valorizando a participação da comunidade escolar na construção do planejamento, em busca de um currículo que atenda a sua realidade.

No planejamento de aula do professor devem existir ações e estratégias de mediação e valorização da diversidade cultural existente no contexto escolar. Caso não exista, essa propositura implica uma grande preocupação da prática pedagógica e da prática docente, uma vez que essas práticas devem amparar-se nas metas e proposições estabelecidas no PP. Logo, surge à inquietação que originou esta pesquisa, qual seja analisar se a diversidade cultural na Escola Municipal Clarinópolis, Cáceres/MT está contemplada no PP e como é trabalhada na prática pedagógica e docente.

O objetivo que alcançamos nesta etapa da pesquisa realizada atendeu a seguinte premissa: identificar no projeto político pedagógico ações e metas que atendem a diversidade cultural e orientam a prática pedagógica.

Analisando o pensamento implícito enfatiza-se o projeto político pedagógico da escola como um instrumento que a identifica em seus deveres e responsabilidades, contemplando sua intenção do por que e como ocorre seu funcionamento, apresentando o quadro de equipe de gestão, equipe técnica pedagógica e equipe docente da escola, bem como, toda a sua proposta pedagógica e forma de execução das ações educativas.

O resultado parcial deste estudo investiga a diversidade cultural contemplada ou não no projeto político da Escola Municipal Clarinópolis/MT, e como está sendo trabalhada na prática pedagógica, proporcionando uma autorreflexão de todos os envolvidos na pesquisa, melhorias e possíveis mudanças.

Surge essa preocupação considerando que o projeto político pedagógico da escola deve ser a expressão educacional e pedagógica da comunidade escolar, abrangendo o contexto social, histórico e cultural de sua demanda bem como sua

própria localização geográfica, apresentando nesse contexto fortes traços característicos de diversidade cultural, tanto por ser uma escola rural como por estar localizada na zona de fronteira entre Brasil-Bolívia, atendendo ainda alunos filhos de trabalhadores rurais de diversos estados brasileiros.

Certo que o projeto político pedagógico é a representação social da comunidade escolar, onde se pensa, discute e planeja frente à identidade, as diversidades e aos interesses sociais, políticos e culturais, não há como falar em diversidade cultural e prática pedagógica sem antes evidenciar este projeto político pedagógico que como se sabe é o norteador de todas as ações da escola.

Reforça-se e justifica-se a necessidade do estudo por ser inédito. Embora a escola já tenha sido espaço para outras pesquisas, é possível afirmar que não foram encontrados estudos de pesquisas que evidenciem o aprofundamento desta questão diversidade cultural conforme o objeto aqui proposto.

Assim, espera-se que os resultados deste estudo provoquem profundas reflexões no contexto da escola onde está sendo realizada a pesquisa, no intuito de despertar para a importância no atendimento a diversidade cultural, promovendo um movimento em prol de uma educação mais humanista de consequência com mais de qualidade, ampliando-se para a sua comunidade escolar.

Além de possibilitar aos leitores o interesse por descortinar este tema tão abrangente, e quem sabe, o despertar para a realização de outros estudos científicos que venham contribuir para qualificar cada vez mais a prática pedagógica de muitas escolas, bem como a construção de uma base curricular cada vez mais realista, multicultural e humanista.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O ser humano é semelhante e distinto ao mesmo tempo, semelhante por ter sido criado por Deus, conforme imagem e semelhança, e, distinto quanto sujeito histórico, social e cultural, datado historicamente e geograficamente.

Nesse contexto, diversidade cultural é um tema inquietante que movimenta o sistema de ensino escolar e de análise às leituras realizadas. Constata-se que país como os Estados Unidos está valorizando essa diversidade por meio da “socialização” escolar, promovendo currículo integrador que atenda as diferenças na instituição de ensino.

O multiculturalismo deve ser considerado no planejamento pedagógico escolar, com proposituras de valorização e integração entre o alunado, atendendo e respondendo à “realidade pluricultural que constitui a população escolar, pois só uma perspectiva dinâmica permite compreender de modo global a vida de uma dada comunidade na sua diversidade cultural, nas suas diferenças e na sua riqueza comum.” (Rodrigues, 2013, p. 23).

Neste contexto, seja no âmbito internacional, nacional, estadual e/ou municipal como é nosso objeto de estudo, a diversidade cultural deve estar contemplada no planejamento e no desenvolvimento escolar. Logo, a escola é o local onde a diversidade prevalece e as relações socioculturais não podem ser omitidas.

Compreende-se a escola como um caminho para a promoção de atividades, contemplando a socialização da diversidade cultural, sendo lugar que desencadeia o processo ensino-aprendizagem, uma vez que as ações pedagógicas contribuem na construção da identidade do aluno.

Empenhar-se em práticas pedagógicas que respeitem e tolerem a diversidade cultural dos alunos, foi e continua sendo um grande desafio, como ressalta Elkin (1968, p.14) “a socialização inclui tanto a aprendizagem quanto a apreensão de padrões, valores e sentimentos próprios de sociedade”. É exatamente esta a preocupação no âmbito pedagógico, uma vez que a escola acaba por ter um papel fundamental na formação cidadã e integral do ser humano, e, não apenas o cumprimento dos conteúdos previstos na base curricular.

Acrescido a emergente necessidade de desmistificar a teoria tornando-a contextualizada na vivência humana, compreendendo o homem como um ser de relações e em plena formação durante a escolarização. Pelo fato de ser uma escola fronteiriça, contendo expressiva diversidade cultural, proeminente à preocupação em analisar como essa diversidade cultural está contemplada no PP da Escola Municipal Clarinópolis, Cáceres - MT e como está sendo trabalhada na prática pedagógica.

Dessa realidade surge a necessidade de uma formação que capacite e prepare o professor para um ensino de qualidade, com respeito e igualdade. Lima (2013, p.17) sobre formação continuada de professores do campo, pondera que “deve estar voltada para uma educação que tenha como prioridade a formação do aluno do/no campo, considerando as práticas sociais de interação humana e o desafio do movimento de construção de identidades.”

Alinhamos também ao entendimento em que o processo histórico existente entre os grupos e o seu relacionamento cultural, produz informações ricas, as quais são vivenciadas e experimentadas desde a infância, quanto mais experiências vivenciarem, mais possibilidades terão de desenvolverem a imaginação e a criatividade, permanecendo sua tradição cultural, uma vez que por meio do desenvolvimento e aprendizagem que as identidades vão sendo formadas (Nascimento, 2009).

Neste sentido, Moreira e Candau (2003) asseguram que a diversidade cultural deve ser considerada nos projetos pedagógicos das escolas, sobretudo porque é na escola que se estuda, conhece e constrói potencialidades e valores culturais. Onde se trabalha as diferenças e se valoriza no contexto escolar uma educação para todos.

Complementa Oliveira (2013, p. 9) que “discussão sobre diversidade cultural é fundamental na formação de professores e nas práticas pedagógicas”, pois “esse novo olhar poderá possibilitar a reflexão acerca de práticas que reproduzem o monoculturalismo no espaço escolar.”

Exatamente nessa linha de pensamento que se delimitou esta pesquisa, tendo como objeto de estudo uma escola rural localizada em uma comunidade fronteira, Brasil/Bolívia. Esta recebe alunos com fortes influências culturais do campo, do país vizinho Bolívia, além das demais culturas brasileiras dos trabalhadores rurais que para lá se deslocam para prestar serviços em agropecuária em seringais, bem como os assentados em áreas da reforma agrária.

O Projeto Político Pedagógico representa um plano norteador da escola, descrevendo as diretrizes pedagógicas que por vezes deve atender à diversidade cultural. Acerca desta questão segue o embasamento teórico.

Numa visão macro a chamada economia globalizada e o crescimento da população têm provocado mudanças significativas na infraestrutura econômica dos países, dos quais o Brasil, nesses últimos anos, vem se colocando num plano de competitividade com outros polos industriais interno, externo e novas exigências para os serviços prestados. Daí o porquê da Diversidade Cultural.

Esta nova configuração, deve ser incorporada em sua complexa rede de relações e perspectivas, a exemplo de perceber o crescente caminho para expandir o campo de atuação na Educação, Ciências e Tecnologia, o que exige mão de obra mais qualificada, voltada para o desenvolvimento educacional e socioambiental, gerando melhoria na qualidade de vida das populações loco-regionais envolvidas.

A Diversidade Cultural aponta direcionamentos possíveis, porém não garante o desenvolvimento econômico por si só. Desta forma, a atuação de pessoas que saibam como analisar, aproveitar explorar e reorientar as ações para alavancar este campo com racionalidade técnica, qualificação de excelência torna-se uma condição indispensável nesse processo de globalização, onde a Diversidade Cultural se liga ao universal e vice-versa. Por sua vez, entende-se que na era da tecnologia e da informação, a mão-de-obra qualificada faz diferença.

Em regiões fronteiriças só poderá haver desenvolvimento de seu potencial econômico de forma harmoniosa com a intensa participação de sua população com o domínio dos instrumentos das Ciências e das Tecnologias, pois o domínio dessas ferramentas contribui para a não disparidade social em larga escala entre os espaços (países ricos e pobres), e conseqüentemente, entre as pessoas com qualificação e preparada para o mundo trabalho ou aquelas desprovidas destes conhecimentos e habilidades.

Nesse contexto, é fundamental estudos em que se coloca no cenário local como força impulsora da formação inicial - cursos de graduação denominados Tecnólogos, e perspectivas para a continuidade de formação de profissionais, em cursos de graduação e/ou especialização (próprias e/ou conveniadas), entre outros, nas mais diversas áreas de interesses para a sociedade loco-regional, possibilitando a elevação da produtividade, a conservação das riquezas racional e a eficácia do trabalho em todos os seus setores, levando-se em conta que o potencial humano como uma das maiores riquezas de qualquer sociedade.

Devem ocorrer estímulos para ambientes de estudos que incentive o ensino, a pesquisa e a extensão voltados para a melhoria da qualidade de vida, criando novas oportunidades e transferindo tecnologias que acelera o desenvolvimento sócio econômico com sustentabilidade tão necessária nas regiões fronteiriças.

Em qualquer das esferas federal, estadual ou municipal, cabe aos governantes desenvolverem políticas públicas na Educação, também agregadas às instituições privadas, que venham melhorar a condição humana e socioeconômica da população, atendendo os índices de desenvolvimento humano. Tais políticas são responsáveis pelo fortalecimento pleno da capacidade humana, agregando um conjunto de necessidades e aspirações individuais e coletivas.

O objetivo básico do Desenvolvimento Humano é a criação e manutenção de um ambiente propício para que as pessoas possam desenvolver todo seu potencial e

ter oportunidades razoáveis para levar uma vida produtiva e criativa, conforme suas necessidades e interesses.

O Projeto Pedagógico deve estar alicerçado no Plano de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), na análise dos índices de desenvolvimento humano são seis os indicadores que devem ser atendidos: equidade, sustentabilidade, produtividade, potencialização, cooperação e segurança.

O indicador equidade se refere ao acesso igualitário de oportunidades dadas às pessoas, o que, para seu cumprimento, exige-se a efetivação de políticas públicas governamentais mais compromissadas, especialmente com as populações mais carentes, pois a equidade deve vir acompanhada de melhoria nas condições de vida da população.

O indicador sustentabilidade está norteado por uma ampla preocupação com a satisfação das necessidades da presente e das futuras gerações, agregando-lhes também o direito de acesso às oportunidades.

Nos processos de produtividade, um nível maior de eficiência são indicadores destacados no plano de desenvolvimento humano. O alcance deste indicador, além da criação de riqueza, exige-se ainda uma série de investimentos no capital humano, oportunizando um crescente aprimoramento e desenvolvimento das potencialidades intrínsecas ao homem.

O intercâmbio cultural estimula além do nível de potencialização de uma sociedade a análise a partir da formação de capacidades, conhecimentos e melhoria no estado de saúde, educação e vida da população.

A Diversidade cultural, na perspectiva de desenvolvimento humano enquanto um processo em que se ampliam as oportunidades humanas, o indicador segurança ocupa um lugar fundamental, pois implica diretamente no índice de qualidade de vida dando às pessoas o direito de desfrutar de um nível básico de segurança que envolve mecanismos de limitar a violência social e, principalmente, aumentar a oferta de emprego.

O conhecimento sobre os setores produtivos e do comércio, das potencialidades dos recursos naturais, aliado à identificação de novas oportunidades de investimento, são elementos essenciais para dinamizar o setor industrial, de serviços e comércio para fins de qualificar a gerar empregos.

Um dos grandes desafios do mundo contemporâneo é ao lado do chamado desenvolvimento sustentável o da transformação do conhecimento em riqueza. Este

desafio vem gerando mudanças cada vez mais visíveis na vida cotidiana do cidadão, em que a evolução tecnológica afeta, em diferentes graus, a rotina do mundo, confirmando a natureza universal do atual processo de globalização da sociedade contemporânea.

O olhar da Diversidade Cultural nos PP das escolas fronteiriças deve estimular o conhecimento do todo por parte de todos. Isto incrementa o surgimento de uma nova e necessária educação.

Na sociedade existem bens e serviços que são de interesse geral, comum e natural, como é o caso da Educação, e que, assim, devem ser reconhecidos como direito legítimo aberto a todos, devendo sua distribuição ser necessária e universal. Com distribuição educacional mista - pública e privada, assegurada por princípio constitucional, os estabelecimentos de ensino tanto público como privado entram no mapa das exigências institucionais, devendo, sobretudo, garantir um ensino de qualidade.

Entende-se como Projeto Político Pedagógico da escola um instrumento que a identifica como uma instituição de deveres e responsabilidades, contemplando sua intenção e as formas de funcionamento no tocante à educação escolar. Nele contemplam-se as ações políticas e pedagógicas da instituição escolar, bem como a regulamentação das suas ações, trazendo o quadro de servidores, matriz curricular, plano de ensino e outros do interesse da comunidade escolar na qual está inserida.

O Projeto Político Pedagógico segundo Vogt e Moraes (2010) deve contribuir para que a instituição de ensino enfrente seus desafios diários de forma coerente, compreensiva e reflexiva para o bem comum de sua comunidade escolar. Deve nortear suas proposituras de melhorias comportamental, funcional e da prática pedagógica, visionando ensino de qualidade por meio de mudanças gradativas.

Uma vez que no Projeto Político Pedagógico segundo Saviani, o campo pedagógico é aplicado (1983, p. 93): “[...] no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.”

O Projeto Político Pedagógico deve forçar a autorreflexão de sua comunidade escolar, levando-a abandonar velhos hábitos que não produzem efeitos positivos, consequentemente propondo novas práticas pedagógicas que contemplem de fato a necessidade escolar existente, que de fato tenha resultados visíveis e expressivos. (Vicentini, Moraes, 2011).

Na propositura de melhorias no ensino oferecido pela escola, o Projeto Político Pedagógico é também utilizado como instrumento de regulamentação das ações a serem desenvolvidas, as quais devem ser acompanhadas em sua efetivação com posterior avaliação do resultado, afim de comprovação da eficácia das propostas. Assim, o Projeto Político Pedagógico tem uma regulamentação no ordenamento legal da educação no Brasil.

Quanto a sua aplicabilidade no contexto escolar o Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta necessária, pois sua importância não restringe a sua confecção, a qual deve ser grupal, utilizando-se do exercício da discussão e participação efetiva de todos, devendo abranger a sua execução a partir das ações escolares de forma democrática.

A escola no exercício da autonomia gerencia suas ações pedagógicas e administrativas por meio do Projeto Político Pedagógico, devendo ser construído com a participação de todos os segmentos da instituição, com valorização da experiência e conhecimento de cada participante. Veiga (2003, p. 277) complementa que:

O projeto não é apenas perpassado por sentimentos, emoções e valores. Um processo de construção coletiva fundada no princípio da gestão democrática reúne diferentes vozes, dando margem para a construção da hegemonia da vontade comum. A gestão democrática nada tem a ver com a proposta burocrática, fragmentada e excludente; ao contrário, a construção coletiva do projeto político pedagógico inovador procura ultrapassar as práticas sociais alicerçadas na exclusão, na discriminação, que inviabilizam a construção histórico-social dos sujeitos.

Com ênfase na afirmação da autora se torna importante que a instituição de ensino e sua comunidade escolar, promovam a devida importância ao Projeto Político Pedagógico e a sua construção, pois, trata-se de um documento que identifica a escola pelo qual se conhece o ensino oferecido aos discentes, suas proposituras atuais e futuras, seus desafios sucessos e fracassos, bem como, seus ideais para a com a sociedade em geral.

Nesse processo são traçadas ações para resolução dos problemas enfrentados, objetivando o bem comum da escola, entendimento alinhado ao de Vasconcellos (2004, p. 38):

Depois de formada uma equipe articuladora, a primeira ação a ser desencadeada junto aos sujeitos que participarão da elaboração do Projeto Político Pedagógico é a sensibilização dos mesmos de forma a reconhecerem a relevância do

processo do qual participarão: “O período que precede a elaboração pede muita dedicação e cuidado, um verdadeiro trabalho de sensibilização para a necessidade de se fazer o Projeto e, em particular, ao momento da decisão de se fazer (e de como fazer)”.

Logo, na elaboração do PPP deve-se oportunizar a todos o direito de fala e questionamento, devendo ser ouvidos e respeitados os pontos de vista, discutindo as ideias objetivamente, sem perder de vista o bem comum público. As discussões devem ser mediadas de forma democrática, considerando e valorizando todas as sugestões, prevalecendo às eleitas pela maioria. Considerando Monteiro (2008, p. 20) que:

[...] sua construção é um trabalho coletivo de todos os envolvidos no processo educativo (professores, equipe técnica, funcionários, pais, crianças, comunidade educativa), empenhados na democratização do saber, ou seja, na possibilidade de proporcionar o acesso e o domínio do conhecimento a todos os alunos indistintamente.

Destaca-se que por mais que o Projeto Político Pedagógico abrange todo o contexto escolar, não pode perder o seu principal objetivo que é o educando, considerando em sua proposta pedagógica todo o seu contexto histórico, cultural e social, para que tenha um processo ensino-aprendizagem integralizado com sua vivência grupal, conseqüentemente uma aprendizagem dinâmica e descontraída com provocações de capacidades. Veiga (1995, p. 92) afirma que.

Um projeto político-pedagógico corretamente não garante à escola que a mesma se transforme magicamente em uma instituição de melhor qualidade, [...] permitirá que seus integrantes tenham consciência de seu caminhar, interfiram em seus limites, aproveitem melhor as potencialidades e equacionem de maneira coerente as dificuldades identificadas. [...] possível pensar em um processo de ensino aprendizagem com melhor qualidade e aberto para uma sociedade em constante mudança; a escola terá aguçado seus sentidos para captar e interferir nessas mudanças.

A elaboração do PPP além de ocorrer de forma coletiva, deve ser democrática e flexível, ressaltando a conjuntura da instituição, possibilitando sua execução por meio da participação, objetivando o bem comum da comunidade escolar com superação às dificuldades apresentadas, que segundo Veiga (2004, p. 13): “A construção do projeto político-pedagógico a vivência democrática necessária de todos os membros da comunidade escolar e o exercício de cidadania.”

O professor como mediador entre o aluno e o conhecimento, tem um papel importante nesse processo, realizando intervenções, respeitando o aluno em suas diferenças e capacidades, levando-o ao desenvolvimento, influenciando-o participar ativamente no processo, promovendo mudanças. Para Veiga (1998, p. 113), o projeto pedagógico não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem somente um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas um produto específico que reflete a realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influência e que pode ser por ela influenciado.

O projeto conceituado como uma ideia lançada a frente, trata-se de controle das ações de forma planejada, ordenada e organizada, sendo importante o registro de todas as etapas, autenticando sua legalidade, nesse entendimento alinhamos a Veiga, (2001, p. 47) que assim dispõe sobre o assunto: "o projeto é concebido como um instrumento de controle, por estar atrelado a uma multiplicidade de mecanismos operacionais, de técnicas, de manobras e estratégias que emanam de vários centros de decisões e de diferentes atores."

Quanto à coletividade, não deve ocorrer somente na construção do projeto político pedagógico, mais em todo seu processo de validade, sendo necessário reavaliar as ações de forma comprometedora, atacando as fraquezas, compartilhando as responsabilidades de forma articulada. Assim afirma Saviani (1983, p. 93): "Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, crítico e criativo."

A escola deve abrir suas portas para a participação da comunidade escolar, respeitando as diferenças e ouvindo os seus anseios, bem como deve estar alerta pela qualidade do ensino nela ministrado, também da satisfação dos que dela participa.

Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em sala de aula devo estar sempre aberto às indagações, a curiosidade a perguntas dos alunos, a suas inibições, um ser crítico inquiridor inquieto em face de tarefa que a tenho de ensinar e não a de transferir conhecimento. (Freire, 1996, p.47).

A cultura está arraigada em cada indivíduo, de maneira em que as regras e valores são responsáveis pela expressão humana no cotidiano. Por outro lado, há que se reconhecer que a escola compõe a sociedade. Logo, Ramalho (2015, p. 29) afirma que:

[...] papel da escola é decisivo na busca das transformações emancipatórias e na configuração do projeto de vida que se produz na comunidade, organizando os contextos e as ações que se desenvolvem na mesma, a partir de uma clara intencionalidade educativa.

Não se pode furtar da compreensão da função da escola apresentada pela autora, a qual corresponde a uma instituição social que interfere na formação humana, e, considerando a maneira como são trabalhadas as ações pedagógicas e o foco do desenvolvimento humano, pode interferir negativa ou positivamente para uma evolução humana contextualizada.

Se tomar como ponto de partida a conceituação do termo diversidade cultural percebe-se que está diretamente ligada ao ser humano em suas diferentes composições sociais. Num conceito amplo destaca-se o previsto na Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade de Conteúdos Culturais e Expressões Artísticas que define em seu artigo 4º, § 2º: a Diversidade Cultural é a “multiplicidade de meios pelos quais se expressam a cultura dos grupos sociais e sociedades [...]”.

A Organização das Nações Unidas (ONU) na Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade de Conteúdos Culturais e Expressões Artísticas destaca que (UNESCO, 2004, artigo 4º, § “[...] a diversidade cultural não só se manifesta pelas diversas formas que se protege, enriquece e transmite o patrimônio cultural da humanidade”. Acrescentando que “[...] a variedade de expressões culturais de que são portadores os bens e serviços de todas as partes do mundo, através dos distintos meios de produção, difusão, distribuição e consumo”.

O conceito apresentado pela UNESCO abrange não só os valores e costumes de um povo local regional, mais, toda forma de manifestação cultural nas transações comerciais e de relações internacionais.

Correa e Palma (2014, p.7) ampliam o conceito: “A diversidade é inerente ao ser humano e representa uma importante discussão a ser considerada no trabalho escolar, ainda mais, considerando-se a necessidade de se contextualizar o diferente no cotidiano da escola”. Aqui os autores já abrangem a responsabilidade da escola de explorar esta diversidade.

Tomando como ponto de partida a diversidade cultural no âmbito da escola, prosseguem os autores afirmando que: “As diferentes demandas sociais materializam a realidade de cada unidade escolar, urge ser perfilhada para que cada vez mais a prática curricular e as ações pedagógicas possam vislumbrar e oportunizar a

permanência destas culturas excluídas no ambiente escolar.” (Correa; Palma, 2014, p. 7).

Aqui já se evidencia a responsabilidade e o compromisso da escola em trabalhar a diversidade cultural como forma de respeitar as diversidades e torná-las equacionadas de maneira a superar as discriminações e valorizar cada cidadão em seu contexto cultural, de maneira a articular as diferenças em prol da produção de novos saberes culturais e educacionais. Complementa Ramalho (2015, p. 34):

Logo, um dos principais propósitos da escola deve ser proporcionar uma educação pautada no reconhecimento das diferenças e na construção da igualdade, com objetivo de formar indivíduos atuantes na sociedade para que a mesma seja justa e democrática para todos. Sendo assim, a escola precisa priorizar o ensino e a aprendizagem sob o prisma de uma pedagogia pautada na democracia, que seja capaz de admitir existência das diferenças e valorizá-las, tendo em vista sempre a construção de uma nova sociedade, ajudando a transformar os alunos em seres solidários, respeitosos e capazes de conviver em união.

A partir da afirmativa de Ramalho descrita acima, a escola não tem a mera função de transmitir conteúdos, antes, lhe compete trabalhar visando à construção de igualdade social, valorização do ser humano tal como pessoa de direito, digno de respeito às divergências culturais, além de estimular e construir o exercício da democracia.

Como já observado, a diversidade cultural faz parte ou deveria fazer da proposta pedagógica de cada escola. E, considerando a afirmativa de Santos e Souza (2015, p. 10) onde o “[...] papel da escola é decisivo na busca das transformações emancipatórias e na configuração do projeto de vida que se produz na comunidade, organizando os contextos e as ações que se desenvolvem na mesma, a partir de uma clara intencionalidade educativa”, é possível compreender a relação entre a diversidade cultura e a prática pedagógica. Pois, a prática pedagógica fora do contexto escolar acaba por não formar cidadão conhecedor de sua realidade sócio histórica.

Nesta linha de pensamento, a prática pedagógica é o que representa no contexto escolar a verdadeira possibilidade de construção social, de promoção do respeito e da igualdade, oportunidade de construir conhecimentos a partir da realidade vivenciada na escola e em sala de aula, em busca de uma aprendizagem reflexiva como aponta Kondo (2014, p. 5):

O processo da construção do saber escolar requer uma prática pedagógica fundamentada numa concepção educacional que ocorre de forma gradativa e processual, respeitando a subjetividade, o ritmo e a diversidade cultural. O processo de aprendizagem reflexiva subsidia e auxilia nas suas dificuldades apresentadas durante a sua permanência nas diferentes etapas de sua educação no campo.

As considerações apontadas por Kondo (2014) já se fazem presentes nas diretrizes curriculares nacional, isto graças as constantes lutas sociais e a manifestação de interesses diversos como garantia dos direitos humanos, respeitando a diversidade cultural.

3 MARCO METODOLÓGICO

Neste capítulo descreve os caminhos investigativos percorridos e a percorrer nesta pesquisa. O marco metodológico é o **registro** de todo o processo de pesquisa, caracterizando o tipo, os métodos e técnicas utilizados, população e amostra, a caracterização dos instrumentos de pesquisa, os respectivos instrumentos de coleta de dados, os indicadores selecionados, o percurso metodológico das etapas iniciais da pesquisa e por fim o desenho panorâmico da pesquisa.

Trata-se de uma pesquisa básica, com abordagem qualitativa, de cunho descritivo que está sendo desenvolvida a partir da pesquisa documental, bibliográfica e estudo de caso, como se apresenta a seguir:

Corresponde a uma pesquisa básica por estar sendo desenvolvida com o interesse em conhecer a realidade da escola quanto ao objeto de estudo sem a preocupação de aplicá-la na resolução de determinado problema. Tem como foco, de acordo com Gamboa (1998), desenvolver uma crítica científica conduzindo às novas concepções teóricas, revisões epistemológicas, com possibilidades de elaboração de novas metodologias.

Neste sentido, a mesma está ao interesse em responder as indagações recorrentes que a própria localização da escola envolve, possibilitando um repensar quanto à prática pedagógica e a diversidade cultural.

Quanto ao pré-teste acentua-se que para o ICD 01/2019 - Registro Institucional (Quadro demonstrativo) com levantamento dos indicadores presentes no projeto político pedagógico não houve a necessidade de aplicação do pré-teste uma vez que se trata de filtro de informações diretas a serem coletadas e transcritas para o quadro,

o que foi possível sem nenhum prejuízo à pesquisa.

Foi escolhida a Escola Municipal Santa Catarina para a realização do pré-teste quanto aos demais ICD construídos para o levantamento de dados na pesquisa. Essa escola também está localizada na zona rural do Município de Cáceres contendo características semelhantes à da escola pesquisada.

A pesquisa está sendo desenvolvida a partir do Estudo de Caso, onde a pesquisadora não intervirá na prática pedagógica dos educadores, como explica Fonseca (2002), mas procurará conhecer como esta prática se processa naquela realidade, considerando os vários aspectos que envolvem àquela escola, na tentativa de descobrir o essencial e característico da realidade pesquisada.

Yin (2001, p. 27) define estudo de caso como “estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes.”

No caso em tela, se aplicou o estudo de caso mediante o interesse em se pesquisar como a diversidade cultural inserida na Escola Municipal Clarinópolis está sendo contemplada no projeto político pedagógico e como é trabalhada, decidindo ou não resguardar esta questão no planejamento educacional da escola, como estas ações pedagógicas estão sendo implementadas e quais os resultados observados.

Gomes (2008, p.5) esclarece que “o estudo de caso possibilita a triangulação de dados como estratégia de validação”, carecendo o emprego de múltiplas fontes documentais, entrevistas, registros de eventos observados, Entre outros.

O Método Hermenêutico, segundo Ghedin (2011) analisa a compreensão dos relatos e fatos ocorridos, valendo-se da interpretação da fala dos participantes da pesquisa. Extrai-se ainda que o termo hermenêutico provém do grego “*hermēneuein*” o qual tem o significado de declarar, anunciar, interpretar, esclarecer e traduzir.

Gil (2010) e na mesma linha Lakatos; Marconi (1993) esclarecem que se trata de um método empregado em pesquisa qualitativa, a qual considera os fatos dentro do contexto social, político e econômico.

A partir dos autores acima é possível complementar que este método abrange maior interação entre a teoria e a prática, na busca da compreensão de relatos, interpretação de fala como nessa pesquisa, dos elaboradores do PPP da escola e dos entrevistados. Um método que, na sua essência, se desenvolve a partir da preocupação com o ato de decifrar.

Optou-se pelo método hermenêutico por se tratar de uma pesquisa qualitativa, com o interesse em interpretar concepções e realidades trazidas pelos participantes da pesquisa, analisando a diversidade cultural presente no Projeto Político Pedagógico da escola e como é trabalhada na prática pedagógica, utilizando da observação da regência em sala de aula pela pesquisadora. Assim, ocupa-se em destacar a técnica aplicada no desenvolvimento da pesquisa qualitativa como a Técnica de Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (2016, p. 50):

[...] procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre os quais se debruça. A linguística é um estudo da língua e a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades por meio das mensagens [...] por seu lado visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc. por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares.

A autora refere-se à técnica da análise de conteúdo como a possibilidade na pesquisa qualitativa de extrair das falas valores e compreensões de determinados objetos e realidades. Isto porque tenta compreender por meio da dedução a mensagem transmitida nas entrelinhas das falas dos participantes da pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O Projeto Político Pedagógico vigente na escola segue um roteiro elaborado pela Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, com as respectivas inserções e adequações da comunidade escolar em tela. Vale ressaltar que o mesmo se encontra em processo de discussões para alterações e adequações dentro das exigências legais e das necessidades da comunidade escolar.

Visando conhecer o Projeto Político Pedagógico da escola, verificando se no contexto e nas diretrizes pedagógicas estão presentes a preocupação com o atendimento a diversidade cultural dos alunos foi realizado um levantamento de dados por meio de pesquisa documental com a extração de informações relevantes que se seguem ao longo do item 4.1.

4.1 Projeto político pedagógico: Caracterização de diversidade cultural

Analisa-se no Projeto Político Pedagógico da escola Municipal Clarinópolis (Quadro 1) o conhecimento à dimensão da diversidade cultural existente em nosso país (Brasil), dado sua colonização europeia que trouxe escravos e africanos que foram somados aos índios aqui existentes.

Quadro 1 - Caracterização de diversidade cultural

INDICADOR: a) caracterização da diversidade cultural na escola;	
EXTRATO DO PPP	A formação do povo brasileiro é caracterizada por uma diversidade cultural permeadas pela heterogeneidade dos povos europeus, africanos e indígenas. (p 22).

Fonte: ICD 01/2019, extraído do Projeto Político Pedagógico da Escola em estudo, pela autora, 2019.

Entende-se que a característica do povo brasileiro mencionada no PPP da escola Clarinópolis, deva ter ocorrido pela necessidade de reconhecer a diversidade cultural existente em sua comunidade escolar oriunda de toda essa diversidade nacional, de forma a respeitá-la e contemplá-la em suas ações.

É importante que o PPP da Escola não tenha sido construído somente para preenchimento de requisito do sistema de ensino municipal, mais, construído no calor da discussão coletiva por meio de reuniões democráticas atendendo de fato os anseios de comunidade assistida. E que o trecho trazido em destaque no quadro 03 represente realmente a concepção da composição do povo brasileiro, sobretudo nesta área fronteiriça. Já dizia Saviani (1983) quanto a necessidade de se definir ações educativas que atendam as características da comunidade escolar.

Ao vislumbrar no PPP da escola o reconhecimento da diversidade cultural do povo brasileiro, espera-se que seja um ato de reconhecimento e valorização da diversidade cultural nela inserida, bem como a sua localização geográfica que proporciona de forma direta a influência do povo boliviano. Tomando como parâmetro o discorrido por Veiga (1995) que versa sobre a necessidade deste projeto abranger todo contexto histórico, cultural e social da escola.

A escola aborda no projeto político pedagógico que a compreensão da diversidade cultural é um fator importante para a construção de uma sociedade igualitária, nesse norte concebem-se as mesmas condições e oportunidades a todas as pessoas, munindo-lhes dos mesmos produtos fornecidos no meio social.

4.2 Projeto político pedagógico: previsão quanto a diversidade cultural

Ao conhecer a diversidade cultural no contexto onde está inserido, o cidadão compreenderá as ações do outro e do coletivo, levando-o a respeitar as diferenças, facilitando sua convivência social com participação ativa nas melhorias dessa sociedade, fatos que contribuirão naturalmente para sua transformação, melhorando seu meio de vida e a do outro, construindo uma sociedade mais justa. Acompanhe o disposto no Projeto Político da escola (Quadro 2) o que foi planejado e esperam alcançar quanto a diversidade cultural.

Quadro 2 - Diversidade cultural no PPP da escola

INDICADOR: b) diversidade cultural no Projeto Político Pedagógico;	
EXTRATO DO PPP	Compreender a diversidade cultural como fator importante para a construção de uma sociedade igualitária (p 140).
	Compreender a diversidade cultural entre os povos formadores da identidade brasileira; Conhecer a história e cultura indígena e afro brasileira; Conhecer as contribuições da cultura indígena e afro brasileira; Reconhecer as características da cultura na Antiguidade, no Egito, Mesopotâmia, África, na Grécia e em Roma; Construir e utilizar conhecimentos históricos para valorizar a diversidade étnica e sociocultural e para elaborar propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos (p 152).

Fonte: ICD 01/2019, extraído do Projeto Político Pedagógico da Escola em estudo, pela autora, 2019.

Como se observa, há previsto no PPP da escola uma gama de norteammento para o exercício pedagógico quanto a diversidade cultural, abordando sobre igualdade de condição humana, identidade brasileira, miscigenação brasileira, dentre outras, como a preocupação em se trabalhar com “[...] intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos.”

Falar de igualdade social na atualidade corre-se o risco de ser vista como utopia ou como um olhar romântico do sujeito que a direciona, uma vez que a desigualdade social instalada, sendo ela local ou de maior longitude, seja no micro brasileira ou macro mundial, a diferenças sociais são gritantes que chegam a serem repudiadas pelas injustiças ocasionadas.

Assim, é preciso principalmente no ambiente escolar, como aponta Ramalho (2015) trabalhar as diferenças e dar significado a elas, na busca da redução da exclusão e aumento no processo inclusivo.

Ao falar de sociedade igualitária, considerando que no mesmo contexto social todos consomem da mesma porção e gozam da mesma qualidade de vida, contraria os fatos históricos vivenciados no século XXI e também aos registros históricos desde os primórdios, pois são publicados diariamente nos meios de comunicação a desigualdade social instalada no mundo, os quais ocorrem de contínuo com suas ferocidades e excessos.

Ao que se pode afirmar, no Projeto pedagógico da escola há uma preocupação presente em prever ações dentro da interculturalidade, sendo esta como aponta Akkari e Santiago (2010) fruto das políticas públicas voltadas à promoção da igualdade e das políticas curriculares voltadas para a diversidade cultural e relações raciais.

O conhecimento da diversidade cultural brasileira, suas origens e miscigenações, proporciona ao cidadão a compreensão dos costumes e da cultura

repassados de geração a geração, levando-o também a conhecer as contribuições da cultura indígena e afro que fazem parte dessa diversidade, possibilitando-o a identificar-se nesse contexto.

Analisa-se ainda no projeto político pedagógico da escola, a propositura de reconhecer as culturas da antiguidade no Egito, Mesopotâmia, África, na Grécia e em Roma, um conhecimento de cultura macro, que conseqüentemente deve proporcionar ao discente uma visão ampla dos acontecimentos.

Estes conteúdos são frutos dos programas curriculares nacionais, a serem cumpridos na escola, e que sob nossa percepção muitas vezes são trabalhados desconectados com as questões raciais e culturais. Esses estudos contribuem para informações de outras diversidades culturais de povos distantes, informações que levam o sujeito a uma visão comparativa de cultura, proporcionando-lhe novos conhecimentos e maiores compreensão das miscigenações.

Quanto ao conhecimento, ponderamos que trazem mudanças de comportamentos, levando o sujeito a novos entendimentos e conceitos, superando os anteriores, concebendo novos significados. Ao mudar, o homem muda o seu meio, essas mudanças podem ser positivas como negativas. E assim, com respaldo em Souza (2013) se assegura que a aprendizagem se concretiza nesta interação entre o meio, os comportamentos e anseios da comunidade.

Consta a intenção da escola elaborar propostas de intervenção na realidade, respeitando os valores humanos por meio dos conhecimentos mediados aos alunos. Quanto ao conhecimento, ponderamos que trazem mudanças de comportamentos, levando o sujeito a novos entendimentos e conceitos, superando os anteriores, concebendo novos significados. Essas mudanças podem ser positivas como negativas.

Ao que se percebe o projeto pedagógico apresenta a presença das concepções de Paulo Freire, grande educador que atuou em defesa da valorização humana e da igualdade social. Resta saber se de fato o previsto no PPP é aplicado em sua essência no âmbito da escola e tem efeitos transformador, requerendo assim a continuidade desta pesquisa para que em específico se é válido ou refutado este questionamento.

4.3 Projeto político pedagógico: diversidade cultural na prática pedagógica

Em se tratando de diversidade cultural na prática pedagógica (Quadro 3) os trechos destacados dão evidências da orientação pedagógica a ser seguida pelos

educadores, dando as coordenadas para se trabalhar no exercício da cidadania, respeito, tolerância, valorização do legado cultural, destacando o teatro como estratégia para tal.

Sabe-se que o teatro vem sendo utilizado nas escolas como ferramenta educativa pela sua capacidade de transmitir o ensino de forma interativa e alegre, pois, tanto os que conduzem os conhecimentos como os que recebem, absorvem com prazer o conteúdo, fixando-o através dos sentidos ver e ouvir.

Quadro 3 - Diversidade cultural na prática pedagógica

INDICADOR c) diversidade cultural na prática pedagógica integradora;	
EXTRATO DO PPP	Distinguir a ideia de cidadania no mundo antigo e moderno; Incentivar o respeito e a tolerância à diversidade cultural como característica do moderno conceito de cidadania; Reconhecer nos dias atuais o legado cultural deixado pelas civilizações antigas (p. 153).
	Interagir com a diversidade cultural presente no teatro de diferentes culturas; Conhecer os elementos da linguagem do teatro e na utilização em diversos contextos cênicos; Estudar as especificidades da dança e os seus elementos básicos (p. 170).
	Respeitar a diversidade cultural e religiosa; Conhecer as manifestações artísticas, culturais, folclóricas e populares da cultura regional e local; Entender que por meio da cultura se vive e compreende o Transcendente; Respeitar a cultura religiosa do outro, visando o crescimento como cidadão; Compreender criticamente as funções da religiosidade na sociedade; Relacionar os valores sociais, as atitudes e as crenças religiosas; Reconhecer a importância da religião na vida das pessoas; Respeitar às diferentes tradições religiosas sem polemizá-las (p. 210).

Fonte: ICD 01/2019, extraído do Projeto Político Pedagógico da Escola em estudo, pela autora, 2019.

É inegável que o teatro na escola é uma ferramenta forte para o desenvolvimento da aprendizagem e também para a interação da comunidade escolar. A representação exige do participante dedicação e estudos, levando-os a fixação dos textos. Ao atuar, o ator (aluno) precisa ser convincente, compreendido e ouvido, para tanto se deve utilizar de expressões corporais e vocais, com posturas coerentes e vestimenta adequadas, caracterizando personagem da história representada.

Tomando como ponto de partida a concepção de Kondo (2019) quando assegura que a prática pedagógica contribui diretamente para a construção social, acredita-se que o educador que se utiliza de dramatizações e encenações expressando a realidade de um povo, pode ir muito além do esperado

Utilizando ainda de recursos visuais e sonoros (iluminação, sonoplastia ou instrumentos musicais), o teatro transmite conhecimento aos que assistem aos que representam e também aos que coordenam as peças teatrais, pois, para ocorrer uma boa apresentação teatral, faz-se necessário um contato contínuo, diálogos, respeito recíproco, comprometimento e dedicação de todos.

Para colocar uma peça teatral em cena no ambiente escolar, exige o envolvimento e a participação do (a) diretor (a), do (a) coordenador (a) dos discentes responsáveis pelas disciplinas e dos alunos participantes. Esta articulação envolvendo a comunidade escolar precisa ser enaltecida pois acaba por promover maior coesão e resultados satisfatórios com a participação coletiva.

Embora poderia aparecer outros recursos pedagógicos previstos no PPP, a escola ao propor o teatro como instrumento de ensino as diversidades culturais existentes em seu contexto escolar, bem como das diferentes culturas, têm em mãos a ferramenta ideal para o alcance dos seus objetivos. Uma vez que as diversidades culturais são ricas em cores, músicas, histórias, comidas, danças e religiões.

4.4 Projeto político pedagógico: estratégias pedagógicas

Ao que se observa (Quadro 4) a escola propõe identificar a diversidade cultural da comunidade local por meio de entrevistas com registros a parentela dos alunos, aos idosos, buscando conhecer sua história, sua construção, e a expansão da cidade.

Uma ação importante de valorização aos conhecimentos dos anciões, pois esses trazem o relato da história vivida e transmitida pelos seus ancestrais, porém, carece de aulas a campo, de preparo aos discentes para abordagem desses cidadãos no ato da entrevista, considerando a mediação entre os fatos atuais e os recebidos pela comunidade, dando seguimento na sala de aula.

Quadro 4 - Estratégias pedagógicas integradoras.

INDICADOR: d) estratégias pedagógicas integradoras.	
EXTRATO DO PPP	Identificar a diversidade cultural da comunidade por meio da análise do movimento migratório; Registrar a memória local por meio de entrevistas com pais, avós, etc. Comparar os registros da memória obtidos nos relatos com outros registros históricos sobre o bairro ou sobre a construção/expansão da cidade; Valorizar a história de vida dos idosos e identificar no bairro e/ou município os projetos voltados para o atendimento desse segmento e sua importância na construção da cidadania; Distinguir a diversidade e as múltiplas identidades que ordenam a produção do conhecimento histórico; Identificar e investigar a origem, evolução e diversidade da espécie humana; Identificar as recentes descobertas arqueológicas que apontam a origem da humanidade no continente africano; Identificar as descobertas arqueológicas no continente americano, com ênfase para os achados arqueológicos em MT (p. 152).
	Compreender a diversidade cultural entre os povos formadores da identidade brasileira; Conhecer as contribuições da cultura indígena e afrodescendentes; Construir e utilizar conhecimentos históricos para valorizar a diversidade étnica e sociocultural e para elaborar propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos (p. 154).
	A diversidade cultural entre os povos formadores da identidade brasileira; Conhecer as contribuições da cultura indígenas e afrodescendentes; Construir e utilizar conhecimentos históricos para valorizar a diversidade étnica e sociocultural e para elaborar propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos (p. 160).

Fonte: ICD 01/2019, extraído do Projeto Político Pedagógico da Escola em estudo, pela autora, 2019.

Os trechos recortados do PPP da escola (Quadro 06) nos demonstram a preocupação com o resgate sócio histórico cultural e demais proposituras voltadas a busca da construção da identidade cultural. Resta saber se essas ações são realizadas em todas as salas de aulas, como são preparados os alunos para esse trabalho, como são trabalhadas as informações coletadas.

Sendo os conhecimentos trazidos pelos discentes registrados na escola como memória, como cumprimento de currículo. Se ocorre interação entre o presente o passado, a história contada, as histórias registradas e as contribuições para a aprendizagem e melhoria de vida da comunidade local.

Percebe-se as proposituras de valorização dos idosos e de sua história elencando projetos voltados para o atendimento dos mesmos e sua importância na construção da cidadania; diante da valorização social e respeito aqueles que já contribuíram fazendo história e mudando a sociedade.

Gomes (2007) já mencionava quanto a necessidade de uma construção histórica, cultural e social “[...] constituídas pelos sujeitos sociais ao longo do processo histórico cultural, nos processos de adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto da relação de poder”. E assim, percebe-se que o projeto pedagógico garante uma abertura para estas discussões e construção da identidade de um povo e valorização cultural e social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisa-se no projeto político pedagógico muitas ações e metas voltadas para o atendimento a diversidade cultural, bem como orientações pedagógicas. Evidencia-se a preocupação com a diversidade cultura, com atendimento humanizado, interação e valorização da diversidade cultural apresentada no contexto escolar propõe formação continuada de professores atendendo as dificuldades expostas nas práticas docentes, visando um ensino de qualidade.

Apresentam ainda em suas proposituras desenvolver cidadania tornando-os os discentes críticos, ativos e atuantes na sociedade, respeitando as diferenças do outro.

As práticas pedagógicas estão propostas como respeitadas as diferenças, comprometidas, interacionista, interdisciplinares, multidisciplinares, que considera a realidade do aluno e o meio em que vive por meio de um ensino aprendizagem que respeita a capacidade individual do aluno.

Na construção do Projeto Político Pedagógico devem utilizar-se dos conhecimentos prévios dos participantes para as abordagens dos temas, os quais facilitarão os estudos e a discussão, abrangendo novos horizontes, com posteriores decisões e ações a serem realizadas, bem como as atribuições de responsabilidades para o grupo.

Espera-se que o projeto político pedagógico como um instrumento norteador da prática pedagógica, tenha sido construído por representantes de todos os seus segmentos, que por meio de reuniões com participativa ativa tenham demonstrado a realidade e o interesse de sua comunidade. Isto porque a comunidade escolar tem conhecimento de causa para deliberar estratégias para enfrentar seus desafios diários como aponta Vogt e Moraes (2010), e neste sentido tomando como ponto de partida a eclética comunidade que a envolve.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Paulo: Edições 70, 2016.

ELKIN, F. **A criança e a sociedade**: o processo de socialização. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1968.

FERREIRA, D. S.; NOVA, T. B. B. **A identidade cultural no Projeto Político Pedagógico**: um estudo exploratório na rede municipal de Garanhuns-PE. (Artigo). XIII Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão, JEPEX 2013, UFRPE: Recife, 09 a 13 de dezembro. Disponível em: <http://www.eventosufrpe.com.br/2013/cd/resumos/R0622-1.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo. Cortez, 1996.

GHEDIN, E. **Estágio com pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, N. L. **Indagação sobre o currículo**: diversidade e currículo. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

LIMA, M. A. **O Projeto Político Pedagógico**: uma resposta da comunidade escolar/ Bauru, SP. São Paulo: EDUSC, 2006.

MONTEIRO, A.; ALMEIDA, O. A. **O projeto pedagógico nas instituições de educação infantil**. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

MOREIRA, A.; CANDAU, V. Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 156-168, maio-ago, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a11.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2018.

LENTE, D. J. G. Projeto político pedagógico: ações e metas em atendimento à diversidade cultural e prática pedagógica. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 141-165, out. 2024.

MORIN, E. Educação e Complexidade: para além do pragmático, o paradigmático. **Educação e Linguagem**, UMSP, v. 23, n. 1, 2000.

OLIVEIRA, Z. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, P. C. R. **Multiculturalismo**: a diversidade cultural na escola. (Dissertação). Escola Superior de Educação João de Deus, Lisboa, 2013.

SAVIANI, D.; BOSSI, A. **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

SOUZA, L. B. **Diversidade cultural no contexto escolar**. (WebArtigo). Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/diversidade-cultural-no-contexto-escolar/151640>. Acesso em: 04 abr. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade de Conteúdos Culturais e Expressões Artísticas**. 2004, artigo 4º.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus 1998.

VEIGA, I. P. Inovações e Projeto Político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Caderno Cedes**, Campinas, dez. 2003.

VEIGA, I. P. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

VEIGA, I. P. (org.) **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 23.ed. Campinas: Papirus, 2001.

VICENTINI, I. R.; MORAES, D. R. S. **A construção do Projeto Político-Pedagógico numa perspectiva democrática**: limites e possibilidades. (Artigo). Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_iraci_rambo_vicentini.pdf. Acesso em: 22 jul. 2018.

VOGT, G. Z.; MORAES, C. F. **Projeto Político-Pedagógico**: reflexões de uma construção coletiva. (Artigo). Disponível em: https://www.upplay.com.br/restrito/nepso2010/pdf/artigos/cai/Artigo_PPP_versao_final_graziela.pdf. Acesso em: 22 jul. 2018.